

Serpentes, morcegos, pangolins e ‘mercados úmidos’ chineses: Uma crítica da construção de vilões epidêmicos no combate à Covid-19

Ana Paula Perrota

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Três Rios, RJ, Brasil

Desde dezembro de 2019, o mundo se tornou palco de uma ameaça global: o contágio do novo coronavírus, responsável pela Covid-19. Classificada pela OMS como uma pandemia desde 11 de março de 2020, em poucos meses essa doença zoonótica infectou e levou à morte milhares de pessoas em países de todos os continentes. Conforme as primeiras informações veiculadas, o epicentro da contaminação se deu em um “mercado úmido” na cidade chinesa de Wuhan. Esse mercado é assim chamado devido à comercialização, entre outras coisas, de animais vivos (selvagens e domesticados) e carne fresca (sem refrigeração e embalagem). Ao constatarmos o impacto causado por esse novo vírus, observamos que se os estudiosos do clima diziam que a vida estava ameaçada pelo Antropoceno, o novo coronavírus furou a fila ou roubou seu protagonismo¹ ao se tornar o perigo mais imediato à população humana. E se é bem verdade que não está em questão a sobrevivência de toda a humanidade, ao menos essa pandemia já se mostrou um potente desarticulador de nossos sistemas sociais e econômicos, tornando-se uma ameaça civilizatória.

Esse evento crítico é atribuído a um hábito alimentar chinês, mas presente em outros países, como o Brasil, o consumo de carne fresca de animais domesticados e selvagens. As primeiras fontes de informação sobre a origem do novo coronavírus apontaram que este teria vindo de serpentes. Logo depois especulou-se sobre o morcego e o pangolim. Este último, conforme matéria publicada no jornal *El País* (CRIADO, 27/03/2020), foi apontado como o vetor mais provável do contágio humano do novo coronavírus. O pangolim é um mamífero presente nos continentes asiático e africano, e entre os cientistas sociais brasileiros arriscaria dizer que essa espécie se tornou mais comumente conhecida em razão dos trabalhos clássicos de Mary Douglas (1991, 1963). A antropóloga explorou em diferentes obras os usos ritualizados desse animal. A referência à autora, então, contribui ainda para esse debate devido à sua reflexão sobre como a ordem e a desordem de fronteiras permitem a compreensão das percepções de contágios perigosos e como essas questões se relacionam com aspectos morais.

A propagação da Covid-19 evidencia uma tensão entre diferentes fronteiras: seja entre humanos e animais, entre animais domesticados e selvagens, entre vírus e animais, e também as fronteiras entre países ou mesmo entre estados ou municípios de um mesmo país. A fonte do problema, e ao mesmo tempo as soluções contra a sua propagação, partem



do enfraquecimento ou da premissa do estabelecimento rígido dessas fronteiras. Há algumas décadas, autores como Tim Ingold (1994) e Bruno Latour (1994) argumentam que os limites entre humanos e animais são fluídos. E autores como Ulrich Beck (1999) e Manuel Castells (1999) discutem a fluidez das fronteiras entre Estados nacionais. Nesse sentido, as questões levantadas pela extensão e rapidez do contágio do novo coronavírus não chega a ser uma surpresa para muitos especialistas das ciências sociais, especialmente para os que trabalham no campo das epidemias zoonóticas. Como já foi discutido por Frédéric Keck e Christos Lynteris (2018), a circulação de animais no planeta em cadeias de comida globais (inclusive pela via do tráfico de animais) aumenta a probabilidade de mutações virais que permitem o rompimento da barreira entre espécies e o contágio humano, ameaçando-nos mesmo de extinção.

Nesse caso, o que se pretende abrir para a discussão é que as tensões entre essas diferentes fronteiras não apenas colocam em jogo problemáticas relacionadas a técnicas de biossegurança e geopolítica, mas, sobretudo, trazem questões fundamentalmente morais. A associação dos “mercados úmidos” às noções de sujeira, poluição e risco permite o debate acerca da associação entre regras de poluição e regras morais. Por meio dessa aproximação, presente nos citados trabalhos de Mary Douglas, é possível dar um pontapé inicial para a reflexão tanto sobre as percepções que identificam esses lugares como perigosos, passíveis de risco de contágio, quanto sobre os fatores capazes de levar à discriminação dos próprios chineses.

As ideias de sujeira e repugnância que recaem sobre as espécies de animais vendidas nesses mercados e sobre o modo como a carne é disposta podem ser explicadas, ainda que não inteiramente, por determinados sistemas classificatórios sobre a comestibilidade e não comestibilidade de animais que entram contraste com os sistemas ocidentais hegemônicos. Antonio Candido (2017) nos explica que os animais não constituem, em si, alimentos. São os enquadramentos morais, constituídos na dimensão cultural e conformadores dessas classificações, que definem as complexas fronteiras entre o que se pode e o que não se pode comer. Tais enquadramentos, antes de corresponder a aspectos intrínsecos da natureza, dizem respeito a aspectos morais que refletem sobre dimensões sociais, políticas e econômicas.

As perguntas sobre o que causa repugnância ou nojo ao pensarmos nos animais e nas carnes consumidas e na forma como ambos são vendidos ao público nos “mercados úmidos” chineses podem trazer respostas tais como: o fato de que são selvagens e sujos, não são animais comestíveis, foram criados, abatidos e estão disponíveis para a venda por meio de práticas inadequadas, e também o fato de que o tratamento destinado a esses animais é cruel. Esses são alguns argumentos que rondam o imaginário público e oferecem justificativas ao repúdio e à perseguição desses mercados. Mas, tais respostas, longe de representar ponderações objetivas, representam sistemas cosmológicos distintos. E não podemos dizer que se trata de uma diferença simplesmente entre a cosmologia ocidental e a oriental, pois como já foi dito, no Brasil também há mercados e consumidores interessados na venda e compra de carne fresca e de animais selvagens.

Essas diferenças que dão origem a sentimentos e ações de repúdio ao consumo de animais tidos como não comestíveis significa, conforme os valores hegemônicos ocidentais, uma atitude ameaçadora à saúde pública tanto quanto às regras morais civilizatórias. E refletem tensões entre as distintas formas de interação entre humanos e animais. Tendo por base o limitado número de espécies animais que compõem a dieta alimentar predominante do Ocidente, aquelas vendidas e consumidas nos “mercados úmidos” fogem desses padrões. No entanto, só muito recentemente ao longo da nossa história passamos a nos alimentar predominantemente de carne bovina, suína, frango e pescado, e a partir de uma produção industrializada e regulada por normas sanitárias.

Como discute Alfred Crosby (2011), os animais levados pelos europeus durante o período da colonização a diferentes partes do mundo (cavalos, vacas, porcos, cabras, carneiros, asnos, galinhas, gatos etc.) provocaram uma mudança superior à de qualquer máquina que pudesse ter sido trazida naquela época. No esteio dessas mudanças, o padrão alimentar em esfera global também passou — e ainda passa — por perturbações e transformações drásticas. Ao longo do século XX, com a intensificação do regime industrial de produção animal, chamado pela antropóloga Anna Tsing (2019) de máquina de replicação advinda das proliferações modernistas, o consumo de espécies animais oriundas da produção artesanal ou da caça (capivara, veado, paca, cutia, quati, tatu — apenas para citar aquelas consumidas pelo caipira paulista como presente na obra de Antonio Candido) não só sumiu dos pratos, mas se tornou rapidamente fonte de repulsa e inclusive daqueles que as comem.

Essa mudança no paladar e a constituição de sistemas agroalimentares industriais em uma perspectiva global refletem mudanças culturais — ligadas tanto à ocidentalização/modernização do mundo quanto a mudanças estruturais — submetidas aos princípios da eficiência produtiva do sistema capitalista. Assim, a existência de “mercados úmidos” na China pode ser discutida como uma forma de resistência à modernização ocidental e a seu projeto civilizatório. A produção e o consumo de animais que fogem ao enquadramento moral da comestibilidade e do modo de produção refletem a organização de sistemas culturais e econômicos insurgentes no que diz respeito a técnicas e também aos sistemas morais prescritos a respeito de que animais comer e de que forma.

A produção industrial de proteína animal atesta, em sua justificação e defesa, que o controle dos animais e de suas etapas produtivas garante a legitimidade e a qualidade do que produzem, e, o mais importante, do modo como produzem. Entretanto, é justamente desse controle, não apenas sanitário, mas também sobre a vida e a morte dos animais, que diferentes doenças zoonóticas surgiram. Como argumenta Janice Zanella (2016), a intensificação da produção animal é apontada como um dos principais fatores explicativos do surgimento de epidemias de origem animal. De acordo com a autora, 75% das doenças emergentes e reemergentes são zoonoses. Fatores que caracterizam a produção industrial, como o excesso de confinamento e de processamento de nutrientes para alimentação, além da mistura de animais de diferentes espécies em condições estressantes são considerados responsáveis pelo surgimento de doenças como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), as influências aviária e suína e também a encefalite espongiforme bovina (Doença da Vaca Louca).

Portanto, se a produção no âmbito industrial poderia ser considerada uma atividade bem definida ou controlada em comparação à caça e ao sistema criatório artesanal, o surgimento dessas diferentes doenças demonstra como as práticas de controle não apenas não impedem o salto do vírus para humanos como são ainda responsáveis por mutações e propagação de novas doenças epidêmicas. Desse modo, não se concretiza na prática a distinção classificatória entre o consumo de animais domesticados, conforme regras sanitárias, como seguro e o de animais selvagens, pretensamente sem regulação, como fonte de riscos.

De fato, a propagação de doenças zoonóticas é um problema grave, que não respeita fronteiras geopolíticas e acompanha os sistemas de produção alimentar, seja o global/industrial ou o local/artesanal. A consideração de animais como vilões epidêmicos não é um problema relacionado apenas aos animais selvagens e aos “mercados úmidos”, mas se trata de uma ameaça à saúde pública presente em todos os sistemas agroalimentares. E cabe ainda ressaltar que o regime de produção industrial também nos torna vulneráveis a outros problemas de saúde humana, devido a adulterações feitas por empresas em carnes destinadas a venda e consumo².

A despeito desses problemas presentes no regime industrial de produção animal, parece haver uma condenação moral mais enfática aos mercados chineses como fonte de risco e perigo. Questões como essa poderiam indicar que as denúncias de contágio contribuiriam para reforçar o que seria o caráter moralmente reprovável das atividades realizadas nos “mercados úmidos” chineses. Desde o início da pandemia, diferentes meios de comunicação reportaram o aumento de discriminação aos chineses, associando seus hábitos à culpa pelo surto de Covid-19. A “cultura”, ou mais especificamente, os modos tidos como inadequados de coexistência entre humanos e animais assumem um papel importante na consideração sobre os fatores que causam a transmissão de doenças zoonóticas. E, desse modo, os chineses, de uma maneira generalizada, personificam práticas e valores entendidos como culpados pela situação causada pelo novo coronavírus. A respeito desse assunto, Frédéric Keck e Christos Lynteris (2018) já observaram que o emaranhado de questões em torno da consideração desses mercados como ambientes de risco epidêmico reforça hierarquias raciais, tratando como ações incivilizadas o consumo de certos animais e o modo como são consumidos. Sendo assim, o entendimento dos “mercados úmidos” como fonte de perigo engendra e ao mesmo tempo é engendrado por regras morais de poluição e limpeza.

O estranhamento gerado diante das “resistências” em manter ativo esse mercado subentende uma perspectiva sobre o sistema de produção e consumo de produtos cárneos como desenraizado da sociedade. No entanto, o que estaria por trás das práticas presentes nesses mercados é uma diversidade de valores, técnicas e de motivações econômicas que constituem aquilo a que Marshall Sahlins (2003) se referia como uma “intenção cultural”. A perspectiva modernizadora não diz respeito somente à redefinição de técnicas produtivas e das regras de classificação sobre comestibilidade, mas também à transformação de identidades e de socialidades humana e animal. O fechamento de “mercados úmidos” e a proibição das relações interespecíficas presentes nesses ambientes, e para além deles, implicam em transformações de práticas pertencentes tanto a sistemas culturais mais amplos quanto daqueles que a realizam.

Devemos então ficar atentos para o fato de que as regras sanitárias e os enquadramentos sobre as diferentes espécies de animais podem se inscrever em disputas morais que repercutem sobre lutas políticas, econômicas e epistêmicas. E mais do que aspectos objetivos, podem contribuir para a legitimidade e a não legitimidade de determinadas práticas e formas de consumo animal, que representam distintos modos de vida. Levar a sério essas questões não significa a negação da ameaça à saúde humana presente nos chamados mercados úmidos e nem o valor do desenvolvimento de regras sanitárias e técnicas de biossegurança ao longo do século XX e até os dias atuais. Mas não se pode deixar de perceber o seu caráter civilizatório, que menospreza e simplifica questões morais complexas. Ignora-se a discriminação meticulosa de categorias animais e os valores morais presentes que orientam tais enquadramentos, em favor de uma percepção homogeneizadora acerca dos modos de vida no geral, e de sistemas de interação entre humanos e animais, em particular.

E por fim, não se trata de defender esses mercados e esses modos de consumo, mas os situar como um problema de saúde pública mais amplo, a ser enfrentado em conjunto com as atividades de produção industrial de alimentos de origem animal. A simples proibição desses mercados, ou a proibição do consumo de alimentos de origem animal de forma geral, tal como se conclama atualmente, não é tão simples e isso se mostra de forma consensual em análises sérias. E se os diferentes tipos de produção animal já são fiscalizados, e ainda assim o mundo sofre com as epidemias zoonóticas, trata-se de se pensar que qualquer solução estaria para além de fiscalizações mais rigorosas, e pode mesmo significar transformações radicais que passariam, por exemplo, pela reorientação do ritmo da produção massificada de animais. E tratando especificamente dos “mercados úmidos” poderíamos pensar em uma relação mais próxima entre poder público e agricultores, produtores, vendedores e consumidores, de modo que estes sejam legitimamente ouvidos a respeito, por exemplo, de suas práticas e de seus valores, e sobre que regras sanitárias poderiam ser estabelecidas. Assim, as proliferações modernistas poderiam se tornar menos homogeneizadoras e mais atentas às realidades locais, e quem sabe, assim o mundo se tornaria menos perigoso.

Notas

¹ As doenças zoonóticas emergentes são compreendidas como uma face do Antropoceno, pois há estudos que consideram as mudanças climáticas e as invasões de habitats naturais, por exemplo, como fatores que teriam contribuído para desequilíbrios na fronteira interespecie que permitiram que o vírus pulassem a barreira entre as espécies.

² Essa preocupação se mostrou real em 2017, quando foi deflagrada pela Polícia Federal a operação Carne Fraca. Na ocasião, foi comprovado que as maiores empresas processadoras de proteína de origem animal fraudavam carne vencida para serem novamente postas à venda. E, além disso, essas empresas mascaravam sinais de putrefação do produto com a aplicação de agentes químicos considerados potencialmente cancerígenos. Foi comprovado também que essas ações eram feitas com o conhecimento de agentes governamentais fiscalizadores.

Referências

- BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ouro sobre Azul/Edusp, 2017.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: A expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DOUGLAS, Mary. **The Lele of the Kasai**. Londres: Oxford University Press for the International African Institute, 1963.
- _____. **Pureza e perigo**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- INGOLD, Tim. "Humanity and Animality". In: INGOLD, Tim (org). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres: Routledge, 1994, pp. 14-32.
- KECK, Frédéric [e] LYNTERRIS, Christos. "Zoonosis Prospects and Challenges for Medical Anthropology". **Medicine Anthropology Theory**, vol. 5, n. 3, pp. 1-14, 2018.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: 34, 1994.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- TSING, Anna. **Viver nas ruínas: Paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.
- ZANELLA, Janice Reis Ciacci. "Zoonoses emergentes e reemergentes e sua importância para saúde e produção animal". **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, vol. 51, n. 5, pp. 510-519, 2016.

Fontes da imprensa

- CRIADO, Miguel Ángel. "Crescem as evidências de que o pangolim foi o animal de origem do coronavírus: Amostras de exemplares apreendidos há três anos estão infectadas com vírus muito semelhantes ao causador da pandemia". **El País**, Pandemia de Coronavírus, disponível (on-line) em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-03-27/crescem-as-evidencias-de-que-o-pangolim-foi-o-animal-de-origem-do-coronavirus.html>, 27/03/2020.

ANA PAULA PERROTA (anapaula_perrota@hotmail.com) é professora do Departamento de Ciências Administrativas e Sociais (DCAS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios (UFRRJ-ITR, Três Rios, Rio de Janeiro, Brasil) e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT), ambos da UFRRJ. É doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil) e tem graduação em ciências sociais pela mesma casa.